



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

EMPRESA: IBG - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA.

Processo Licitatório: 5724/2021

Referente à:

PREGÃO Nº 004/2022

DATA DA ABERTURA: 16 de fevereiro de 2022

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASES (OXIGÊNIO LIQUIDO CAMINHÃO TANQUE, AR COMPRIMIDO, OXIGÊNIO GASOSO, OXIDO NITROSO E OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO PORTÁTIL DE 1 M³), PARA SER UTILIZADO NO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA TEREZINHA EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NOS MOLDES DO ANEXO I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX DO REFERIDO EDITAL.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado de na modalidade *PREGÃO do tipo menor preço Global, para REGISTRO DE PREÇO*, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1239 de 23 de abril de 2003, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as devidas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 01/02/2022 e no jornal de grande circulação (Jornal Extra) em 02/02/2022, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi feito pela empresa **IBG - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA** e recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via e-mail em 8 de fevereiro de 2022 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 1168/2022.

DO PEDIDO

Inicialmente informa a empresa sobre objeto (item 1), depois da licitação (item 2) e no item 03 da irregularidade, onde alega que nos documentos de habilitação, item 4.3.7, D, é solicitado a apresentação apresente Certidão ou Registro no Conselho Regional de Farmácia do responsável técnico farmacêutico da empresa inscrito no Conselho de sua jurisdição. Alega a empresa, ainda, que a referida exigência não possui qualquer embasamento legal, à medida que, conforme NOTA TÉCNICA – NT Nº 015/2012/UNAFE/GGIMP/ANVISA, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012, a ANVISA promulgou a prerrogativa das empresas fabricantes e envasadoras de gases medicinais escolherem o profissional Responsável Técnico. Alega a empresa, também, que a referida exigência no edital é desarrazoada! À luz do disposto pela ANVISA, os licitantes podem optar pelo profissional habilitado pelo Conselho de Farmácia ou Química.

Continua sua explanação sobre os artigos 27, 30 e 43, além do inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República da lei de licitações alegando que “este ato convocatório viola o princípio da isonomia, pois prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a

Administração, impondo requisitos desproporcionados com necessidades da futura contratação adotando discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais". Cita disposições do TCU

É o relato resumidamente.

DO MÉRITO

Diante do exposto, requer seja recebida e julgada a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, com a concessão de efeito suspensivo, que lhe é facultada pelo art. 109 §2º da Lei n 8.666/93, para que sejam acolhidas as fundamentações explanadas, como medida de direito.

Informa, outrossim, que na hipótese, ainda que remota, de não modificado o dispositivo editalício impugnado, tal decisão certamente não prosperará perante o poder judiciário, sem prejuízo de representação junto ao Tribunal de Contas da União.

Posteriormente, pugna-se pela republicação do Edital, com a reabertura dos respectivos prazos, em obediência ao art. 21, § 4º da Lei 8.666/93.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Saúde, com vistas a equipe técnica do Hospital Municipal Santa Therezinha para análise e pronunciamento.

A impugnação foi recebida pela Assessoria Jurídica que anexa cópia da NT nº 015/2012 citada pela licitante e envia o processo para o Hospital Municipal Santa Theresinha. Segue a resposta dada pela Diretora Geral do Hospital Municipal Santa Therezinha: "Anexei folha de nº 12 a 21. Considerando a Resolução nº 470 de 28 de março do CFF. Considerando a Resolução nº 70 de 01 de outubro de 2008 da ANVISA e considerando a RDC 69, de 08 de dezembro de 2014, esta diretoria administrativa mantém o termo de referência inicial". Envia o processo ao Setor de Farmácia. Segue a resposta:

"Compareci a este Setor para informar que:

- I- Os gases medicinais com finalidade terapêutica são considerado medicamentos pela ANVISA.
- II- E as empresas devem cumprir o previsto na Resolução nº 470/2008 do Conselho Federal de Farmácia, onde em seu artigo 4º prevê que a responsabilidade técnica destas empresas cabe ao profissional Farmacêutico.
- III- Como também cumprir o previsto nas RDC's 69 e 70 da ANVISA.
- IV- Informo ainda que Autorização de Funcionamento de Empresa AFE não é o registro de responsabilidade técnica, sendo o primeiro concedido pela ANVISA e o segundo pelo conselho de Farmácia do Estado onde está sediada a empresa.
- V- Anexe a folha 22 onde claramente é exigido o profissional farmacêutico das empresas envolvidas em todo o trâmite (Boas Práticas) dos gases medicinais bem como a página 23 com a continuidade de informação;

VI- Portanto a alegação da empresa solicitante não tem fundamento, pois a RDC 69/03 prevê sim empresas distribuidoras ou transportadoras.

Cabe ressaltar que a orientação na cota da Assessoria Jurídica na data de hoje foi: "Diante das informações oriundas da Diretoria do Hospital Municipal Santa Theresinha, opino pelo prosseguimento da licitação".

Informo que os documentos anexados pela Assessora Jurídica, Diretora do Hospital Municipal Santa Theresinha e Farmacêutico seguem em anexo.

Considerando que essa Pregoeira entende que os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, as licitações nomeados no art. 3º da Lei 8.666/93, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório.

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira, tendo como base o entendimento da equipe técnica através da Diretora Geral do Hospital Municipal Santa Theresinha e parecer da Assessoria Jurídica, indefiro o pedido feito pela empresa **IBG - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES**, razão pela qual o edital deverá ser mantido em sua integralidade e o Pregão nº 004/2022 mantido para o dia 16 de fevereiro de 2022. Dê ciência a empresa e a resposta será publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 09 de fevereiro de 2022


FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira